





CONTRATO N.º 370/2024

ALUGUER DE EQUIPAMENTO - VENTILADEORES PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

Entre:

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE LOURES-ODIVELAS, E.P.E. (adiante, abreviadamente "ULSLOD" ou "Entidade Adjudicante") com sede na Avenida Carlos Teixeira, 3, 2674-514 Loures, pessoa coletiva n.º 516 726 862, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, aqui representada pelo Senhor Miguel Lemos Ferreira de Nascimento, e pelo Senhor António João da Conceição Alegria Alexandre, na qualidade, respetivamente, de Presidente e Vogal do Conselho de Administração, com poderes para o ato, de ora em diante designado por "Primeiro Outorgante".

Ε

LINDE SAÚDE, LDA., com sede na Rua da Lionesa, 446, Espaços C2 e C4, 4465-671 Leça do Balio, registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número de pessoa coletiva 500 125 546, neste ato representada por Maria João Fernandes Vitorino Besugo na qualidade de gerente e na qualidade de procuradora, com poderes para o ato para outorgar o presente Contrato, de ora em diante designada por "Segunda Outorgante";

(em conjunto designados por "Outorgantes")

É reciprocamente acordado e livremente aceite o presente Contrato de **ALUGUER DE EQUIPAMENTOS - VENTILADORES**, no âmbito e termos ínsitos no procedimento de **Consulta Prévia n.º 03000010362024**, que se rege pelo regime constante das seguintes cláusulas:







Cláusula Primeira - Objeto

O presente Contrato, de harmonia com os termos e condições nele previstos, tem por objeto o **ALUGUER DE EQUIPAMENTOS – VENTILADORES** em 2024.

Cláusula Segunda - Preço

Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, o Primeiro Outorgante paga à Segunda Outorgante, estimadamente, o montante de **18.300,00** (**dezoito mil e trezentos euros**), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula Terceira - Pagamento

O prazo de pagamento é de 60 (sessenta) dias após a receção pelo Primeiro Outorgante da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula Quarta - Obrigações do Primeiro Outorgante

São obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Efetuar, conforme o estabelecido no presente Contrato, o pagamento à Segunda Outorgante;
- Encomendar a prestação de serviços, nos termos estipulados nas peças do procedimento e no presente Contrato;
- c) Facultar o acesso às áreas destinadas à prossecução do objeto do presente contrato.

Cláusula Quinta - Obrigações e responsabilidades da Segunda Outorgante

- 1. São obrigações da Segunda Outorgante:
 - a) Prestar os serviços objeto do presente Contrato, nos termos e conforme as especificações das peças do procedimento;
 - b) Prestar os serviços de forma a manter em boas condições de funcionamento todo o equipamento de forma a serem utilizados para os fins a que se destinam.
- 2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do

Unidade Local de Saúde de Loures - Odivelas E.P.E. | Morada: Avenida Carlos Teiveira, n.º 3, 2674-514 Loures







serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3. A Segunda Outorgante é responsável, a título de responsabilidade criminal, civil, objetiva ou subjetiva, ou outra, por todos os prejuízos e danos patrimoniais e não patrimoniais, causados ao Primeiro Outorgante ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da respetiva prestação de serviços objeto do presente Contrato.

Cláusula Sexta - Vigência

O presente Contrato vigora pelo período máximo de 12 (doze) meses, cessando impreterivelmente a 31 de dezembro de 2024, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula Sétima - Caução

Há lugar à dispensa de caução, por verificação do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conforme previsto na cláusula 31.ª do Caderno de Encargos que suporta o Procedimento a que o presente Contrato se encontra associado.

Cláusula Oitava - Prazo da prestação

O prazo para prestação dos serviços objeto do presente contrato é o que se encontra estipulado na proposta conforme cláusula 12.º do caderno de encargos, (salvo casos de força maior), nos termos ínsitos na proposta adjudicada.

Cláusula Nona - Causas de cessação do Contrato

- Para além da caducidade decorrente do prazo de conclusão do Contrato, são ainda causas de cessação do mesmo:
 - a) A revogação por acordo;
 - b) A resolução.
- 2. O Contrato cessa por revogação através de acordo escrito e assinado por ambos os Outorgantes.







- 3. O incumprimento ou o cumprimento defeituoso, por um dos Outorgantes, permite ao outro resolver o presente Contrato, desde que esta notifique, numa primeira instância, a Parte faltosa, por escrito, no sentido de expurgar a situação no prazo de quinze dias (seguidos). Se, apesar dessa advertência, a situação de incumprimento, ou de cumprimento defeituoso persistir, poderá o Outorgante lesado resolver definitivamente o presente Contrato, avisando desse facto o Outorgante faltoso, com uma antecedência de dez dias (seguidos).
- 4. Para efeitos do disposto no número anterior, o direito de resolução é imediato, desde que devidamente notificado por escrito, quando o cumprimento se tenha tornado impossível, ou quando o incumprimento seja considerado grave, e ainda nos casos em que o Primeiro Outorgante tenha perdido o interesse na prestação.
- 5. Sem prejuízo dos números anteriores, o incumprimento por qualquer dos Outorgantes dos deveres emergentes do presente Contrato, confere a qualquer dos Outorgantes o direito às correspondentes indemnizações legais.

Cláusula Décima - Adjudicação

A adjudicação da presente aquisição foi autorizada através de Deliberação da Direção do Serviço de Compras e Gestão de Materiais da ULSLOD, nos termos e até ao limite previstos no respetivo Despacho de Delegação, de 02/04/2024.

Cláusula Décima Primeira - Minuta

O presente Contrato foi precedido de minuta aprovada por deliberação da Direção do Serviço de Compras e Gestão de Materiais da ULSLOD, nos termos e até ao limite previstos no respetivo Despacho de Delegação, de 02/04/2024.

Cláusula Décima Segunda - Interpretação

Em caso de divergência de interpretação dos vários documentos do Procedimento, deverá prevalecer em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o do Caderno de Encargos e seus anexos, e, por último, o da Proposta da Segunda Outorgante.







Cláusula Décima Terceira - Disposições diversas

 Fazem parte integrante do presente Contrato, encontrando-se em anexo ao mesmo, o Caderno de Encargos e seus anexos, a Proposta da Segunda Outorgante, bem como os demais documentos do Procedimento.

2. O presente Contrato e os seus anexos constituem a totalidade do Contrato estabelecido entre os Outorgantes quanto à matéria que constitui o seu objeto e qualquer aditamento ou alteração ao mesmo deve constar de documento escrito e assinado pelos Outorgantes.

3. A invalidade, total ou parcial, de qualquer cláusula do presente Contrato, ou a impossibilidade do seu cumprimento, não afetará a validade e a obrigação de respeito pelas restantes, salvo se a parte interessada demonstrar que o fim prosseguido pelos Outorgantes permite supor que estas não o teriam concluído nestas condições.

Cláusula Décima Quarta - Regime jurídico e foro

1. O presente Contrato rege-se por disposições aplicáveis da lei portuguesa.

 Para a resolução de qualquer litígio emergente do presente Contrato, os Outorgantes elegem como foro competente o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Décima Quinta - Comunicações

 As notificações ou comunicações escritas que sejam realizadas ao abrigo do presente Contrato são enviadas por correio registado, e quando exigido, com aviso de receção, por fax, por e-mail ou entregues em mão, nos seguintes termos:

a) Para: Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas, E.P.E.

A/C: Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Miguel Lemos

Morada: Avenida Carlos Teixeira, 3, 2674-514 Loures

E-mail: compras_hba@hbeatrizangelo.pt

Telefone: 219 847 200

(b) Para: Linde Saúde, Lda.

A/C: Maria João Fernandes Vitorino Besugo







Procuradora

Morada: Rua da Lionesa, 446, Espaços C2 e C4, 4465-671 Leça do Balio

E-mail: lgtpthealthcaresales@linde.com

Telefone: 220 429 995

Vogal Executivo

 A alteração das moradas indicadas no n.º 1 da presente cláusula deve ser comunicada ao outro Outorgante, por carta registada com aviso de receção, nos 15 (quinze) dias subsequentes à respetiva alteração.

Cláusula Décima Sexta - Gestor(a) do contrato	
O gestor do presente contrato é a Manutenção e Equipamentos	, Diretora do Serviço de Infraestruturas,
Feito em Loures, 12 de abril de 2024	
Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante
MIGUEL LEMOS Presidente do Conselho de Administração	MARIA JOÃO FERNANDES VITORINO BESUGO Gerente
ANTÓNIO AI EXANDRE	







ANEXO ÚNICO

Características Técnicas

1. Equipamento de Alto Fluxo Nasal Humidificado – 4 equipamentos

- a. O equipamento deve ser dotado da interface nasal Optiflow;
- b. Deve permitir humidificação com altos fluxos de ar/ oxigénio;
- c. O fluxo de O2 deverá ser, ajustável, até 60L/ min, sem necessidade de fornecimento de ar;
- d. A temperatura deve ser ajustável;
- e. Deve possuir um misturador e um sensor de O2 integrado;
- f. Deve estar em conformidade com padrão ISO 8185:2007.

2. Ventilador Respiratório IV/NIV – 4 equipamentos

- a. Deve permitir ventilação invasiva e não-invasiva;
- O equipamento deve ventilar pacientes de idade adulta e pediátrica, com insuficiência ou falha respiratória e com ou sem apneia do sono;
- O equipamento deve fornecer duas pressões, tendo em consideração o fluxo do paciente ou num determinado intervalo de tempo;
- d. Bateria interna com autonomia de, pelo menos, 2 horas;
- e. Disponibilidade de monitorização das curvas de fluxo e pressão no ecrã do equipamento;
- f. Possibilidade de pressão máxima de 40cmH2O;
- g. Histórico de monitorização dos últimos dias, disponível no ecrã do equipamento;
- h. Disponibilidade do modo ventilatório IVAPS (Pressão de Suporte com Volume Assegurado em modo Inteligente);
- i. Possibilidade de Reconhecimento do Circuito de ventilação;

3. Ventilador Respiratório IV/NIV - 2 equipamentos

- a. Deve permitir ventilação invasiva e não-invasiva;
- O equipamento deve ventilar pacientes de idade adulta e pediátrica, com insuficiência ou falha respiratória e com ou sem apneia do sono;
- c. O equipamento deve fornecer duas pressões, tendo em consideração o fluxo do paciente ou num determinado intervalo de tempo;
- d. Bateria interna com autonomia de, pelo menos, 2 horas;
- e. Disponibilidade de monitorização das curvas de fluxo, de pressão e de volume no ecrã do equipamento;
- f. Possibilidade de pressão máxima de 40cmH2O;
- g. Histórico de monitorização dos últimos dias, disponível no ecrã do equipamento;







h. Disponibilidade do modo ventilatório AVAPS.

4. Equipamentos Estudo de Sono – 3 equipamentos

- a. 2 equipamentos dedicados a polissonografía em ambiente hospitalar, um deles com, pelo menos, 32 canais de gravação de dados e outro com, pelo menos, 60 canais de gravação.
 Ambos devem permitir realizar estudos em adultos e crianças;
- b. 1 kit de equipamentos dedicados a polissonografia de ambulatório que recolha, pelo menos, em
 12 canais e que possa ser conectado a uma interface que aumente a capacidade de análise em,
 pelo menos, 8 canais;
 - i. Deve permitir a conexão a equipamentos AutoPAP;
 - ii. Ecrã com a indicação da qualidade do sinal, incluindo impedância, e visualização do traçado;
 - iii. Resolução de, pelo menos, 24 bits
 - iv. O tempo de registo deve ser 24 horas
 - v. Classificação do dispositivo: classe 2a, obedecendo à norma IEC 60601-1
- c. Licenças Remlogic incluídas.
